

FOLHA BANCÁRIA

Sindicato dos Bancários de Presidente Prudente e Região - CUT- Abril de 2026 - N° 904

ELEIÇÕES NO ECONOMUS COMEÇAM 16 DE ABRIL; SINDICATO APOIA LUCAS LIMA E RODRIGO LEITE

Os participantes do Economus, o Instituto de Seguridade Social dos funcionários oriundos da Nossa Caixa, elegem este ano seus representantes para os Conselhos Deliberativo e Fiscal da entidade. A votação vai de **16 de abril até 7 de maio** e será exclusivamente por voto eletrônico via [link](#).

Conheça os candidatos

Lucas Lima, candidato ao Conselho Deliberativo

Ingressou no Banco Nossa Caixa em 2008 e possui trajetória no varejo do Banco do Brasil, tendo atuado como caixa, gerente de serviço, supervisor de atendimento, gerente de relacionamento e gerente geral. Atualmente, é Diretor de Comunicação do Sindicato dos Bancários de Piracicaba. É graduado em Cibersegurança, com pós-graduação em Gestão Estratégica de Negócios, e possui certificação CPA-20. É membro suplente da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil, indicado pela FEEB/SP-MS. Também possui vínculo familiar com a Nossa Caixa, por ser filho de ex-funcionária, e atua como Conselheiro Fiscal Suplente no Economus.

Rodrigo Leite, candidato ao Conselho Fiscal

Ingressou no Banco Nossa Caixa em 2001 e é filho de funcionária aposentada. Formado em Administração, possui MBA em Controladoria e Finanças, pós-graduação em Economia do Trabalho (Unicamp) e certificação CPA-20. Atualmente, está se especializando em Estratégia e Liderança Política na FESP-SP. Possui experiência em governança e gestão orçamentária: foi Conselheiro Fiscal da FETEC/SP e atuou como presidente e diretor de finanças do Sindicato dos Bancários de

Bragança Paulista e Região. Hoje é diretor executivo da FETEC/SP, membro da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil e Conselheiro Deliberativo do Economus. Coloca essa trajetória à disposição do Conselho Fiscal para garantir uma fiscalização rigorosa e responsável em favor dos participantes.

Principais propostas dos candidatos

- Defesa intransigente dos direitos dos participantes do Economus.
- Incorporação de todos (ativa e aposentados) à Cassi e à Previ, garantindo isonomia e o mesmo tratamento dado aos demais funcionários do BB.
- Garantia da Tabela PIP considerando o tempo total de vinculação ao plano de previdência.
- Acesso às CliniCassi para os participantes do Economus.
- Fim do voto de minerva no Conselho Deliberativo, por uma gestão mais democrática.
- Atuação em todas as instâncias: acompanhamento rigoroso da representação no Ministério Público Federal (MPF), articulação parlamentar na Comissão de Trabalho e atuação conjunta com a ANAPAR e outros fundos de pensão.
- Ampliação da mobilização, unindo sindicatos, federações, associações e, principalmente, os participantes.
- Fortalecimento da comunicação, ampliando os canais de interação com participantes e pensionistas.
- Extensão do plano de saúde para filhos até 24 anos.
- Continuidade da contribuição no PrevMais com contrapartida do banco para todos, após os 60 anos.

siga o sindicato no instagran - @sindbancariosprudenteregio

BRDESCO

COE BRADESCO DEBATE PPR, EDUCAÇÃO E CONDIÇÕES DE TRABALHO EM REUNIÃO COM O BANCO



A Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Bradesco se reuniu com a direção do banco na sexta-feira, 20 de março, para discutir uma série de temas de interesse dos trabalhadores, com destaque para o Programa de Participação nos Resultados (PPR), iniciativas de qualificação profissional e questões relacionadas às condições de trabalho.

Um dos principais pontos da reunião foi o debate sobre o programa de PPR “Supera”. A COE iniciou a discussão sobre a ampliação do programa, com a possibilidade de inclusão de novas áreas - Atacado, Wealth, Tesouraria e Pesquisa Econômica. Também foram tratadas questões relacionadas à renovação do acordo, assinado no ano passado.

Entre as reivindicações do movimento sindical estão o aumento do valor fixo do PRB (Programa de Remuneração Bradesco, criado em 2025 e atrelado ao novo PPR “Supera”), a redução do percentual de ROAE (Retorno sobre o Patrimônio Líquido) exigido para o pagamento do PRB e a inclusão das bancárias em licença-maternidade no recebimento do “Supera”. Além disso, foram levantadas preocupações sobre o cumprimento de metas, o esvaziamento de carteiras e a transparência no acompanhamento do desempenho individual. O banco se comprometeu a analisar os pontos apresentados e dar retorno à comissão.

Outro tema abordado foi a plataforma “Único Skill”, relacionada ao auxílio educação. A COE questionou o banco sobre informações divulgadas na mídia, e o Bradesco esclareceu que se trata de um projeto piloto iniciado em dezembro de 2025,

com duração prevista até junho de 2026. A iniciativa oferece bolsas de estudo para cerca de 5 mil trabalhadores, sendo 2 mil da rede e 1,3 mil da área de tecnologia. Caso os resultados sejam positivos, o banco afirmou que poderá discutir a ampliação do programa com a comissão, inclusive com a possibilidade de inclusão em acordo coletivo.

A comissão também manifestou preocupação com a dispensa do controle de ponto eletrônico para um grupo específico de trabalhadores: os ocupantes do cargo de Gerente de Relacionamento Empresas, sob a justificativa de realização de trabalho externo. Para a COE, a medida é insegura e pode abrir margem para irregularidades. Com a implementação de um novo sistema que permite o registro de jornada via notebook, a representação dos trabalhadores solicitou a revisão da decisão. O banco informou que está avaliando o pedido.

Durante a reunião, a COE ainda questionou o Bradesco sobre notícias relacionadas a mudanças no conglomerado de saúde do banco. A instituição esclareceu que as alterações não impactam os funcionários, seus benefícios ou a apólice da Bradesco Saúde, que permanecem inalterados.

Segundo o banco, houve uma reorganização estrutural com a consolidação dos negócios de saúde sob a Odontoprev, que passará a atuar como uma holding, sob o nome BradSaúde. A proposta é simplificar a gestão, aumentar a eficiência e criar um ecossistema integrado, reunindo operadoras de planos, hospitais, laboratórios e plataformas tecnológicas.

Para a coordenadora da COE Bradesco, Erica de Oliveira, o encontro foi importante para reforçar as pautas prioritárias da categoria. “Seguimos cobrando avanços concretos do banco, especialmente em temas que impactam diretamente a vida dos trabalhadores, como remuneração, condições de trabalho e acesso à qualificação. Vimos com muito espanto a questão da Único Skill, pois o pagamento do auxílio educação é uma das nossas bandeiras de luta mais antigas, da qual nunca abrimos mão. E queremos participar de todas as etapas desse processo”, destacou.

MANTENHA-SE INFORMADO
www.bancariosprudente.org.br

CAIXA

FUNCEF: APROVADA PROPOSTA QUE ACABA COM CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS SOBRE 13° E REDUZ EQUACIONAMENTO

Medida foi aprovada na Diretoria Executiva e será submetida às demais instâncias da Fundação

A proposta construída pela Diretoria de Benefícios (Diben), área liderada pelo diretor eleito Jair Pedro Ferreira, foi aprovada pela Diretoria Executiva da Funcef na quarta-feira (25). A medida prevê o fim das contribuições extraordinárias sobre o 13° e a redução de 0,5 ponto percentual na alíquota de equacionamento, que passará a ser de 10,30% por 12 meses - de abril de 2026 a março de 2027.

Cumprindo os trâmites de governança da Fundação, a proposta ainda será submetida às demais instâncias da Fundação. A expectativa é que o tema seja apreciado pelo Conselho Deliberativo.

Se aprovada no Conselho, a Funcef fará a devolução dos descontos do 13° na folha de abril (dia 20), além da redução da alíquota do equacionamento.

A iniciativa foi possível após resultado positivo

do Reg/Replan Saldado após ajuste de precificação, mecanismo que considera os títulos públicos pela sua rentabilidade até o vencimento (marcados na curva), e não pelas oscilações do mercado.

Na prática, a Funcef está utilizando parte do resultado positivo atual do plano para reduzir, desde já, o valor das contribuições extraordinárias. Ao final desse período, a redução temporária da alíquota mensal de 0,5 pontos percentuais será reavaliada e poderá ser mantida, ampliada ou ajustada, de acordo com os resultados do plano.

Para o diretor de Benefícios da Funcef, Jair Pedro Ferreira, a proposta parte do entendimento de que resultados positivos devem, sempre que possível, ser revertidos em benefício direto dos participantes.

BANCO DO BRASIL

PREVI ULTRAPASSA R\$ 300 BI EM ATIVOS COM ÓTIMOS RESULTADOS DO PLANO 1, DO PREVI FUTURO E DO PREVI FAMÍLIA EM 2025

Todos os planos de benefícios da Previ alcançaram resultados amplamente positivos em 2025, em mais uma demonstração de que a governança da entidade está no rumo certo. As informações são dos Associados Previ.

De acordo com o site, o Plano 1 reverteu o desempenho negativo de 2024 e fechou o ano com superávit acumulado de R\$ 12,5 bilhões. A rentabilidade foi de 16,8%, quase o dobro da meta atuarial (INPC+4,93%) de 8,83%.

Os perfis de investimento do Previ Futuro apresentaram rentabilidade superior ao índice de referência de 8,52% (INPC + 4,62%) e maior que todos os planos equivalentes do mercado. E no Previ Família todos os seus perfis tiveram desempenho acima do CDI.

Com esses ótimos resultados, a Previ, ainda se-

gundo as informações dos Associados Previ, ultrapassou pela primeira vez em 2025 os R\$ 300 bilhões em ativos totais. São R\$ 258,2 bilhões no Plano 1, R\$ 42,1 bilhões no Previ Futuro, R\$ 392 milhões no Previ Família, e mais os recursos da Capec e do PGA, totalizando R\$ 302,17 bilhões em ativos totais.

Outro recorde que a Previ atingiu no ano passado foi o pagamento de R\$ 17 bilhões em benefícios a aproximadamente 110 mil aposentados e pensionistas, tanto do Plano 1 quanto do Previ Futuro. É mais uma demonstração da solidez, da boa governança da Previ e o cumprimento do compromisso de garantir o pagamento dos benefícios até o último dos aposentados

Saiba mais detalhes dos resultados de 2025 em previ.com.br.

FECHAMENTO DE AGÊNCIAS É DESTAQUE NA FOLHA DE S.PAULO.

“O número de agências bancárias caiu 37% em dez anos no Brasil, indo para pouco mais de 14 mil, em meio ao avanço da tecnologia para realizar transações e à decisão dos bancos de cortar custos, muitas vezes deixando uma parcela da população sem atendimento”.

Desta forma, a jornalista **Júlia Moura** inicia a matéria “**Brasil perde 37% das agências bancárias em dez anos**”, destaque de capa do jornal Folha de S.Paulo, de 23 de março.

Desde 2015, de acordo com cálculos do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), mencionados na matéria, 638 municípios brasileiros ficaram sem agências bancárias, o que desassistiu 6,9 milhões de pessoas, cerca de 9% da população brasileira. São 2.649 municípios sem agências, o equivalente a 48% do total.

“O sindicato luta faz muitos anos contra o fechamento de agências bancárias, que não é uma política nova por parte dos bancos, mas que ocorre em velocidade cada vez mais alarmante. É positivo ver que grandes veículos de comunicação estão se interessando pela pauta também de forma crítica, expondo as consequências para a sociedade desta forma de gestão, e não tratando do tema apenas como estratégia de negócios”, destaca o presidente do sindicato, Eli Rogério.

A luta contra o fechamento de agências é uma prioridade para os sindicatos da base da FETEC-CUT/SP

O fechamento de agências, além de contribuir para a drástica redução no número de postos de trabalho bancário e sobrecarregar trabalhadores que seguem nas unidades abertas - prejudica a população e o comércio local, principalmente em regiões periféricas e pequenos municípios. Entre 2015 e 2024, a categoria bancária saiu de 504.345 mil trabalhadores para 424.021 mil, redução de 80.324 empregos.

“O fechamento de agências prejudica todos. Postos de trabalho são extintos; bancários de outras unidades precisam absorver a demanda das

agências fechadas; a população, principalmente idosos, deixam de contar com o atendimento presencial; o comércio e a economia local como um todo são afetados negativamente; e os clientes ficam com o atendimento precarizado, inclusive mais suscetíveis a fraudes e golpes nos canais digitais”, diz o presidente.

Digitalização x Atendimento presencial

A Febraban (federação dos bancos), afirmou à Folha de S.Paulo que os bancos estão adequando sua estrutura à nova realidade do setor, no qual o consumidor prefere os canais digitais.

Entretanto - mesmo que 75% das operações bancárias em 2024 tenham ocorrido pelo celular - a própria reportagem enfatiza que muitas transações ainda são feitas presencialmente. Em 2024, 27% dos pagamentos de contas e 14% das contratações de investimento foram realizadas nos canais físicos, aponta levantamento da Deloitte em parceria com a Febraban.

Na contramão da alegada preferência pelos canais digitais, existem ainda serviços cujo volume nas agências aumentou na comparação entre 2024 e 2025. A contratação de crédito subiu 11% e a de seguros cresceu 6%.

“Glamourização” do atendimento presencial

A matéria publicada pela Folha de S.Paulo, para além da redução no número de agências como forma de cortar custos, cita que “os bancos têm preferido abrir pontos de atendimento mais especializados, para atrair a parcela da população que tem investimentos e faz negócios rentáveis”.

“A própria estratégia dos bancos de abrirem unidades focadas em clientes de alta renda, inseridos no mercado de investimentos, mostra que o atendimento presencial ainda é importante, ainda é desejado por pelos clientes. Porém, os bancos – que operam como concessões públicas e deveriam garantir atendimento de qualidade para toda a população – estão optando por maximizar os lucros fechando agências convencionais e expulsando das unidades abertas os clientes que não são de alta renda”, critica Eli Rogério.